

Revisão integrativa: interseccionalidade negra e LGBTQIA+ na Psicologia Clínica

Integrative review: black and LGBTQIA+ intersectionality in Clinical Psychology

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto¹ e Janine Kieling Monteiro²

Resumo: A clínica psicológica é em si mesma um território de contrastes, sendo para os estudiosos dessa área verdadeiro desafio, sobretudo em compreender e intervir em saúde mental de pessoas sujeitas a vários processos sociais de exclusão. Em busca de entender como a Psicologia Clínica (PC) brasileira atua com clientes negros LGBTQIA+, foi realizada esta pesquisa de revisão integrativa da literatura nas seguintes bases científicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil); Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. Foram usadas as preconizações PRISMA como referência. Não foram encontradas produções

acadêmicas que tratassem da temática abordada inseridas nas bases consultadas. A ausência de estudos nessa área sugere existir, não apenas o esquecimento, mas a produção de ausências de discussões que considerem as experiências e demandas de pessoas negras LGBTQIA+ na clínica psicológica. Pensar interseccionalmente é uma possibilidade para a PC superar os ocultamentos produzidos por análises estratificadas sobre as complexas estruturas de opressão, favorecendo novos modos de compreensão e intervenção clínica com populações marcadas por múltiplas formas de violência humana.

Palavras-chave: Psicologia clínica; Negritude LGBTQIA+; Interseccionalidade.

Abstract: The same clinic is in itself a territory of contrasts, being true for the clinical methods of this area, especially of processes and in extension in mental health, comprising several people, including the various social limits of exclusion. In order to understand how Brazilian Clinical Psychology (CP) works with black LGBTQIA+ clients, this integrative literature research was carried out in the following scientific bases: Latin American and Caribbean Literature in

Health Sciences (LILA review), Virtual Library in Health - Psychology Brazil (BVS-Psi Brasil); Scientific Electronic Library Online (SciELO), Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Google Scholar. PRISMA recommendations were used as a reference. They were not academic productions that deal with the theme addressed in the bases consulted. The absence of studies in this area suggests that there is not only oblivion, but the production of absences

¹ Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2017). Psicólogo pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (2012). Analista Processual em Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Docente da Pós-Graduação, lato sensu, em Direito para Carreira da Magistratura da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron). Docente do curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Pimenta Bueno. E-mail: leandro_afonseca@hotmail.com

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular na graduação, no mestrado e no doutorado em Psicologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, onde coordena o LABORClínica - Laboratório de Psicologia Clínica do Trabalho. Docente no mestrado profissional em enfermagem da UNISINOS. E-mail: JanineKM@unisinos.br

of discussions that consider the experiences and demands of black LGBTQIA+ people in psychological psychology. Intersectionally it is a possibility to modify the hidden mechanisms on a PC capable of stratifyingly modifying the new forms of understanding and modified intervention with modifying mechanisms of

understanding and intervention clinically modified by Thinking mechanically of violence.

Keywords: Clinical psychology; LGBTQIA+ blackness; Intersectionality.

Introdução

Qual o lugar que os corpos e vidas negras LGBTQIA+ ocupam na clínica psicológica no Brasil? Como são acolhidas e acompanhadas por profissionais da Psicologia Clínica (PC) pessoas que interseccionam múltiplos marcadores de opressão de raça, gênero e identidade sexual? Qual o (des)preparo de psicólogas e psicólogos no atendimento de pessoas negras LGBTQIA+³ na clínica de psicologia?

Essas perguntas desafiam agudamente a Psicologia Clínica no Brasil, pois não se trata de meras especulações ou da necessidade de articular respostas objetivas para problemas históricos, o que se pode revelar exige reflexões e ações profundamente comprometidas com os sentidos mais nobres da dignidade e vida humana. A natureza de tais problematizações, e, sobretudo suas possíveis respostas, determinam o futuro da Psicologia no Brasil. Para tanto, no intuito de contribuir com a construção de novos caminhos, apresenta-se esta pesquisa revisional de literatura que nasceu com o objetivo de compreender o que a PC tem produzido sobre as questões interseccionais de raça, gênero e identidade sexual em seu saber e fazer profissional.

A revisão de literatura integrativa foi o método escolhido por sua capacidade abrangente de selecionar estudos de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, sendo, nesse sentido, o modelo de revisão mais adequado para este caso, uma vez se tratar de temática atual. A revisão integrativa pode propiciar uma síntese do conhecimento, considerando a aplicabilidade de avanços de estudos associados a uma prática (Souza, Silva & Carvalho, 2010). A questão norteadora do estudo foi: como a Psicologia Clínica brasileira tem atuado com clientes negros LGBTQIA+?

Abordar as questões interseccionais de raça e gênero na Psicologia abre horizontes de possibilidades para uma clínica mais sensível às vidas daqueles que são absorvidos pela nulidade promovida pela sectária categorização que analisa, por meio de perspectivas únicas ou não sistêmicas, raça, gênero e outras diversidades. A interseccionalidade é ainda uma forma consistente de possibilitar à Psicologia efetiva atuação em contextos de múltiplas violências de direitos humanos.

Embora seja difícil uma conceituação do que é a clínica psicológica ou Psicologia Clínica, neste estudo será utilizada a noção de clínica como espaço de saber e fazer voltado ao atendimento psicoterapêutico, realizado por uma/um profissional de Psicologia, a qualquer pessoa que se disponibilize a esse serviço de forma intencional, individual ou grupal (LoBianco et al., 1994). Trata-se portanto, do atendimento psicoterapêutico prestado a pessoas em sofrimento psíquico, emocional ou que, por outras razões, busquem nas sessões de psicoterapia uma forma de atendimento às suas demandas psicossociais (Carvalho & Missiatto, 202; Teixeira, 1997).

Psicologia Clínica, raça e interseccionalidades: saberes em perspectiva

As naus ibéricas trouxeram ao Sul não apenas homens e mulheres europeus, mas um vasto conjunto de valores que cruzaram o Atlântico e ancoraram nas Américas os sentidos nucleares daqueles povos (Grosfoguel, 2020). As cosmologias, epistemologias, filosofias e valores do velho continente alcançaram os povos do Sul com imensa truculência, deteriorando saberes e práticas milenares sem nenhum tipo de pudor ético e moral (Dussel, 1992). O que a Europa disseminou nos territórios do Sul, foi também a letargia de seus preceitos, a decadência de sua moral e a precária ontologia que os sustentavam. O que aprendemos a chamar de poder europeu nada mais é que a ruína de crenças que se sustentaram longamente nas assimetrias de desigualdades constituídas como valores essenciais e naturais da vida social naquele continente (Missiatto, 2021). Ou seja, a Europa inoculou no Sul o mal que a corroía de dentro para fora e que aqui serviu para forjar civilizações sedimentadas no ódio contra os diferentes (Césaire, 1978).

Conforme Aimé Césaire (1978), a artilharia dos colonizadores não foi apenas os chicotes, canhões e outras tantas armas de extermínio, mas a produção de sentenças desonestas que enunciaram o cristianismo como civilização e o paganismo como selvageria, a brancura como superioridade e a não brancura como inferioridade, o Norte como desenvolvimento e o Sul como primitivo. A “sabedoria” europeia consistiu em descolar os reais significados de suas abomináveis práticas de deteriorização da vida e transferi-los às civilizações dos continentes dominados, transformando sua decadência em princípios universais do desenvolvimento.

Ao longo do tempo as “verdades” globalizadas foram aquelas derivadas das narrativas dos dominadores, as histórias que alcançaram prestígio eram as produzidas pelo colonizador. A vida humana passou a ser homogeneizada pelas crenças e valores europeus, a diversidade de narrativas e cosmovisões dos que foram violentados na colonização das Américas foram ignoradas pela perspectiva única dos opressores (Mignolo, 2003). A legitimação da história do mundo em narrativa singular soterrou os saberes dos povos subalternizados, tensionando para as margens as experiências dos corpos e vidas inferiorizados pela colonização.

A globalização dos saberes e valores do Norte produziu toda uma engenharia social de normatização da vida. As assimetrias coloniais arquitetaram um assombroso edifício social em que as posições humanas decorriam da expressão corporal e subjetiva das normas sociais que operaram para enquadrar em limites ontológicos os que eram humanos e os que se encontram destituídos de humanidade (Missiatto, 2021). Brancura, cisheterossexualidade, masculinidade hegemônica, burguesia, cristianismo, entre outros,

³ A sigla LGBTQIA+ designa pessoas de orientação sexual e identidade de gênero destoante das hegemonizadas cisgêneridade e heterossexualidade. Remete a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, *queers*, intersexuais e assexuais, o sinal de + representa outras possibilidades de identificação, orientação e performances sexuais.

tornaram-se crivos seletivos de humanidade. Pessoas que interseccionavam tais marcadores sociais passaram a ser alocadas em posições de prestígio e direitos, já os que conservam em seus corpos as distinções das normas foram reduzidos à inferioridade.

Nesse contexto, a raça tornou-se a matriz gerenciadora de violações para produção de desigualdades. Ao se associar ao patriarcado e ao sistema capitalista ampliou o contingente de desumanizados, ao mesmo tempo em que fortaleceu ainda mais a geografia dos privilégios brancos (Teixeira, 2021). Mulheres, mulheres transexuais, homens LGBTQIA+ de cor e pobres foram tornados no substrato da sociedade moderna e passaram a possuir vidas delimitadas pelas fronteiras ontológicas da inumanidade.

A natureza desses fatos coloca em evidência a dinâmica interseccional dos sistemas de opressão que têm se tornado cada vez mais sofisticada na manufatura das desigualdades (Collins & Bilge, 2021). Ainda reside nas razões desse cenário a necessidade de categorias de análises e intervenções que também sejam interseccionais, uma vez que proposições segmentárias, além de limitadas na compreensão dos fenômenos de opressão humana, podem contribuir para a ocultação daqueles e daquelas que estão sujeitos a diversas formas de violência.

Por tais razões a interseccionalidade, como categoria de análise tem alcançado cada vez mais espaço na ciência, pois suas lentes possibilitam compreensões mais acuradas das complexas formas de dominação e subjugação a que estão subordinadas pessoas que interseccionam múltiplas plataformas de injustiça social (Collins & Bilge 2021). Seu uso na academia tem como marco a conceituação proposta por Kimberlé Crenshaw, produzida a partir do feminismo negro dos anos de 1980 nos Estados Unidos (Akotirene, 2019). Desde então, a interseccionalidade é utilizada para evidenciar que as lutas sociais históricas não tratavam exclusivamente de reivindicar equidade de gênero ou raça, mas que as realidades de opressão demandavam rigor em compreender e questionar os modos inter cruzados das estruturas de poder que tinham como fio condutor critérios normativos de humanidade.

Mas o que é propriamente a interseccionalidade? Nesse artigo, optou-se pela definição de Collins e Bilge. Para elas, estudosas da interseccionalidade, essa é uma categoria de análise que se destaca por investigar:

[...] como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (2021, p. 15-16).

Nesse sentido, a interseccionalidade oferece possibilidades de compreensão de nossa realidade, exatamente por seu potencial crítico nas análises sobre grupos específicos, dando-nos a oportunidade de uma investigação do tecido social, a partir da observação da multiplicidade de identidades coletivas, da vocalização de suas demandas, e, sobretudo, das formas de opressão sistêmica (Rios & Perez, 2020). Essa pertinência da interseccionalidade faz dela uma

ferramenta eficiente para novas leituras de velhos problemas psicossociais, fator que tem alavancado estudos internacionais na área da PC, cujo foco reside na interseccionalidade dos sistemas de opressão (Cyrus, 2017; Etengoff & Rodriguez, 2021; Jackson et al., 2021).

Esses estudos revelam dificuldades de profissionais da Psicologia Clínica em compreender e intervir em sofrimentos psicossociais decorrentes da interseção de estruturas sociais de exclusão e opressão (Anders et al., 2021; Buchanan & Wiklund, 2020). Dificuldades de tal nível têm origem já na formação acadêmica. Durante a graduação e pós-graduação, por várias razões (currículos, habilidades dos docentes, conjuntura social e institucional) os profissionais de Psicologia não desenvolvem habilidades que os auxiliem analisar sistemicamente como graves violências humanas são perpetradas pelo racismo, machismo, homofobia, xenofobia e desigualdade de classe, bem como seus reflexos à saúde mental de populações excluídas (Brinkman & Donohue, 2020; Carvalho & Missiatto, 2021; Damasceno, 2018). Resultado imediato desse cenário são intervenções psicoterapêuticas pouco eficientes na promoção de saúde mental de pessoas com experiências pautadas em várias violências estruturais (Kivlighan et al., 2019).

Não estando apta em atuar com essas populações, a clínica psicológica passa a se limitar a grupos hegemônicos como os pertencentes à brancura e outras elites sociais (Grzanka et al., 2019). O fato é que, mesmo quando atende pessoas com múltiplas identidades sociais, o faz à luz de referenciais teóricos e metodológicos que não são capazes de assimilar as demandas de saúde mental daqueles que não reúnem em si os marcadores de privilégios. No horizonte de tais realidades, transformar esses cenários na Psicologia Clínica é um desafio de ordem maior. E essa transformação passa necessariamente pela capacidade de seus profissionais em subverter os tradicionais recursos de pesquisa e intervenção para que sejam mais efetivos na promoção de justiça social e saúde mental, principalmente àqueles que tiveram, ao longo do tempo, inúmeros direitos humanos violados (Buchanan & Wiklund, 2020; Jackson et al., 2021).

O certo é que, ao propor intervenções referenciadas na interseccionalidade, o psicoterapeuta desafia as relações assimétricas de poder, as quais pessoas de identidades não-brancas, LGBTQIA+, mulheres, entre outras, estão sujeitas. E, ao reconhecer os efeitos dessas questões sistêmicas na vida de tais pessoas, coopera para que esses indivíduos também desenvolvam habilidades para reivindicar justiça social (Petty John et al., 2020). Nesse sentido, a abordagem interseccional surge como uma ferramenta pertinente para auxiliar profissionais da Psicologia na elaboração de meios para compreender e intervir com grupos sociais marginalizados (Case & Lewis, 2012). Desta forma, pode-se pensar a interseccionalidade como um método eficiente de compreender e intervir em realidades de múltiplas desigualdades e de injustiça social (Collins & Bilge, 2020).

Diante desse cenário, surgiu o seguinte questionamento: como a Psicologia Clínica brasileira tem atuado com clientes negros LGBTQIA+? Em busca de encontrar registros acadêmicos que pudessem responder a essa questão foi desenvolvida a presente revisão integrativa da literatura.

Método

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. Pesquisas de revisão integrativa são, entre as revisionais, as de abordagem metodológica mais ampla, uma vez permitirem a inclusão de estudos experimentais e

não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combinam ainda estudos teóricos e empíricos, além de: conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (Soares et al., 2014). Por se tratar de uma temática nova, optou-se por esse tipo de revisão dada sua amplitude de captação de estudos.

Como procedimento de pesquisa utilizou-se o método proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010), quais sejam: a) Fase 1 – Elaboração da pergunta norteadora: Nesse momento elabora-se de modo claro e objetivo o questionamento que orientará o objetivo geral da pesquisa; b) Fase 2 – Busca ou amostragem na literatura: Nessa fase definem-se as bases de busca, descritores, critérios inclusão e seleção dos artigos; c) Fase 3 – Análise crítica dos estudos incluídos: Apresentam-se os principais achados nas publicações analisadas.

Fase 1. A questão norteadora da revisão foi a seguinte: como a Psicologia Clínica brasileira tem atuado com clientes negros LGBTQIA+? O objetivo era compreender como a Psicologia Clínica age com pessoas que interseccionam múltiplos marcadores sociais que vulnerabilizam a violências estruturais, neste caso, negritude e identidade LGBTQIA+.

Fase 2. Para levantamento dos artigos na literatura, foram utilizadas como fonte de buscas as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS–Psi Brasil), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e a Banca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para as buscas adotou-se os seguintes descritores e suas combinações em língua portuguesa, por meio do operador booleano “AND”:

“psicologia clínica”, “clínica psicológica”, “raça”, “racismo”, “gênero”, “LGBT”⁴ e “interseccionalidade”.

Como critérios de inclusão e seleção dos artigos foram definidos os seguintes: artigos na íntegra publicados em português; artigos na íntegra que abordassem a temática de interesse deste estudo. A exclusão foi definida por: artigos duplicados, revisões sistemáticas, editoriais e cartas, artigos que não contemplassem raça e identidades LGBTQIA+ de modo interseccional, artigos cujos estudos não eram sobre a clínica psicológica, estudos que não foram realizados no Brasil. Não foi estabelecido recorte de tempo

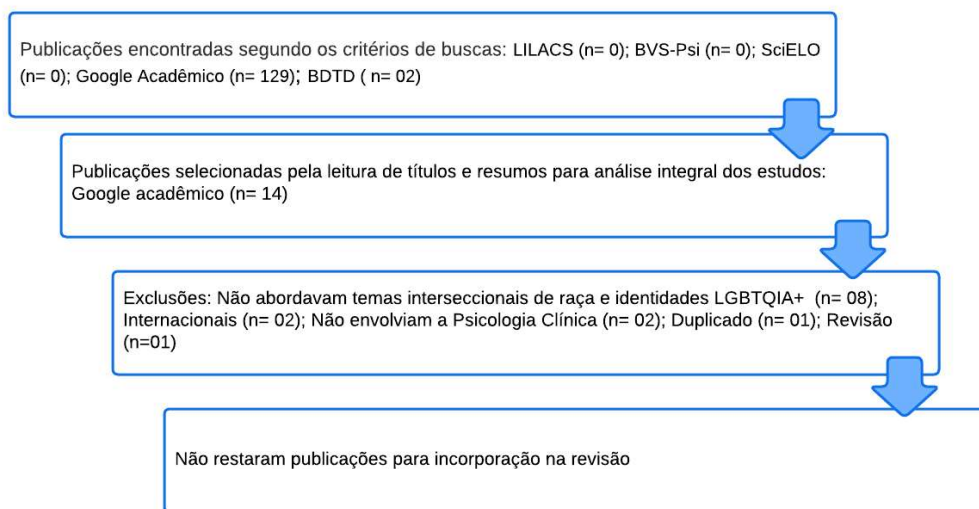
Fase 3. Esta fase não foi realizada em virtude da ausência de produções que atendessem os critérios desta revisão.

O processo de revisão se baseou nas recomendações da lista de conferência *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (PRISMA, 2020). A consulta foi realizada em julho de 2022.

Resultados

As únicas bases que apresentaram publicações após a aplicação dos descritores foram a BDTD, 02 dissertações, e a Google Acadêmico que apresentou 129 resultados. Após a leitura dos títulos e resumos selecionou-se 14 publicações para leitura integral, com a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão destas, não restaram publicações que pudessem ser incorporadas ao escopo desta revisão (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma da seleção de estudos sobre Psicologia clínica, raça e gênero



A princípio, leu-se os títulos e resumos das publicações encontradas na BDTD e Google Acadêmico, aqueles que não apresentavam já no título ou resumo indicativos de que o estudo ocorreu com pessoas negras LGBTQIA+, foram imediatamente descartados. Restaram 14 estudos que foram lidos na íntegra, destes apenas o artigo intitulado *Psicoterapia, raça e racismo no*

contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras, de autoria de Marizete Gouveia e Valeska Zanello, publicado na revista *Psicologia em Estudo*, ano de 2019, volume 24, e42738, descrevia no perfil do estudo a orientação sexual das mulheres participantes da pesquisa. Contudo, apesar de mencionar que quatro das sete entrevistadas eram bissexuais, não fazia nenhuma análise

⁴ Optou-se por utilizar a forma mais sintética da sigla símbolo do movimento LGBTQIA+, uma vez que a versão mais restrita, “LGBT”, poderia abranger estudos mais antigos.

ou problematização dos atendimentos psicológicos prestados a mulheres negras lésbicas, a partir desta constatação acabou sendo descartado.

Discussão

O objetivo desta revisão integrativa foi verificar como a Psicologia Clínica brasileira tem atuado com clientes negros LGBTQIA+. Após busca em cinco bases de dados e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, não foram encontrados artigos que tratassem da clínica psicológica com pessoas assinaladas por interseccionalidades de raça, e orientação e/ou identidade LGBTQIA+. Para tanto, as discussões que se apresentam tratam das ausências, do vazio identificado na PC no que concerne às demandas de pessoas duplamente expostas a marcadores de opressão pela raça, sexualidade e gênero.

Em 1997, Rita Petrarca Teixeira publicou o artigo intitulado *Repensando a Psicologia Clínica*, nesse trabalho questionava a formação em PC ao afirmar que:

Um fator largamente mencionado na teoria pesquisada é a ênfase dada no ensino da Psicologia Clínica à literatura estrangeira, com um total descaso à produção teórica e empírica nacional. Este fato mostra o quanto a Psicologia Clínica está descontextualizada e descompromissada com a realidade brasileira, fazendo uma transposição simplista de uma realidade para outra (Teixeira, 1997, p. 54).

Suas considerações destacam o quanto a PC se encontrava centrada em saberes distantes da realidade brasileira. Contudo, tendo passado pouco mais de duas décadas, observamos a lealdade da PC aos saberes eurocêntricos em detrimento às experiências, epistemologias e práticas genuinamente nacionais. As denúncias de Rita Teixeira, embora devidamente elaboradas, não tiveram a repercussão merecida, uma vez que a insuficiente produção científica da PC ante as demandas sócio-históricas que envolvem identidades negras LGBTQIA+ sugerem a desconsideração das especificidades de pessoas que interseccionam vários marcadores sociais que vulnerabilizam à exploração e opressão.

Esta revisão identificou a carência de estudos no campo da PC com pessoas negras LGBTQIA+, o único que apresentou uma descrição das participantes da pesquisa a partir dos marcadores sociais de orientação sexual foi o de Gouveia e Zanello (2019), contudo, não explora a questão, mesmo contando com quatro das sete mulheres se autodeclarando bissexuais. Estudos com ênfase às dinâmicas de opressão e sofrimento, mesmo quando unilaterais, são importantes porque evidenciam as demandas de grupos historicamente sujeitos a violências estruturais, todavia, ao desconsiderar outros sistemas de violação de direitos essencializam questões complexas que exigem mais do que uma leitura estratificada das problemáticas psicossociais envolvidas. Nesse sentido, o que se observa com a invisibilidade de estudos que considerem o sofrimento psíquico de pessoas que conservam em suas vidas as marcas da negritude conectadas às identidades LGBTQIA+, é a solidariedade da Psicologia Clínica aos sistemas de opressão, uma vez que seu silêncio age colaborativamente para a perpetuação dos privilégios de grupos hegemônicos.

É evidente que a clínica psicológica é em si mesma um território de disputas, contrastes e desafios (Carvalho, 2019). Narrativas de inúmeras ordens são expressas em seus domínios e refletem, em últimas instâncias, os conflitos, ideologias, sentidos e dissensos sociais, seria ingenuidade assumir passivamente a noção de uma pretensa neutralidade na clínica quando sua ação se expressa em um mundo marcado por polarizações que avançam na produção do terror às diferenças. Logo, o silêncio da clínica psicológica quanto às interseccionalidades de raça e identidades não cisheterossexuais demonstra haver dois lados na PC, que aqui podemos chamar de lado visível e lado oculto.

A noção de lado visível e oculto proposta é uma adaptação ao pensamento de María Lugones ao discutir gênero sob uma perspectiva decolonial. Para Lugones (2020), o sistema colonial colocou em visibilidade a cisgenderidade e heterossexualidade, ao mesmo tempo em que tencionou para o lado oculto das sociedades as vidas e subjetividades de identidades destoantes às normativas coloniais de gênero. A ausência de estudos voltados às identidades marcadas, ao mesmo tempo, pelo racismo, machismo e preconceito à homossexualidade, pode ser percebida como uma expressão produzida pela invisibilidade social, ausência que oblitera na Psicologia as demandas de saúde mental daqueles que são expostos a várias violências estruturais.

A pertinência dessa consideração reside no fato de que há expressiva produção na Psicologia Clínica de estudos que consideram a saúde mental e bem-estar de vários grupos populacionais (estudantes, trabalhadores de distintos segmentos, diversas faixas etárias, etc.), enquanto que considerações acadêmicas sobre a negritude LGBTQIA+, são escassas, ou seja, o desconhecimento da PC no campo da saúde mental de pessoas negras não cisheterossexuais, por exemplo, pode facilmente sugerir que as demandas relacionadas a essa população sejam hediondamente produzidas ou consentidas pela Psicologia.

Para tanto, a PC age na elaboração das ausências, desenvolvendo o esquecimento das memórias de dor daqueles que há mais de meio milênio vêm recebendo como única herança da nação o desprestígio e morte como destinos naturais. A Psicologia, intencional ou não, fraudou seu próprio código de ética, e instila na profissão, de dentro para fora, uma precária noção de que as reivindicações dos marginalizados são de ordem periférica. Esse processo se dá desde a formação quando Instituições de Ensino Superior oferecem cursos que anulam as demandas locais, latino-americanas, étnico-raciais, de classes sociais e de gênero, ou quando as consideram, mas de modo estratificado e não como sistemas interconectados (Carvalho & Missiatto, 2021). Tal formação em PC opera para que os novos profissionais sejam incapazes, ou ao menos debilitados, em compreender e intervir de modo sistêmico em situações de violência (Carvalho & Missiatto, 2021). Leva-se a cabo, uma herança colonial terrível que vai, de geração a geração, transmitindo os sentidos infames da colonização do Sul-global.

Pessoas negras LGBTQIA+ estão, há muito tempo, determinadas aos vários armários de ocultamento que foram impostos pelas normativas da raça e dos gêneros. Foi um grave engano pensar que o único armário seria o da identidade de gênero e orientação sexual. Essas vidas estão sujeitas às inúmeras normas que delas subtraem os mais elementares vestígios de humanidade. Desfiguradas em sua ontologia natural são alocadas nos últimos lugares sociais, tornando-se os sem direito, os sem lugar em nossas democracias. No hiato das raças e dos gêneros se perdem os que comungam mais que uma

das insubmissões às normas sociais. A interseccionalidade, obviamente não resolve esse problema, mas ilumina o que estava oculto, coloca em relevo o que foi depreciado, questiona os sistemas de dominação de modo sistêmico, perturbando suas distintas formas de exclusão e produção de morte.

Por fim, os vazios encontrados nessa revisão integrativa nos suscitam o desconforto, a vergonha, o choque moral e ético ante o esquecimento dessas identidades e subjetividades, uma forma de dor que conquista as mentes dos que estão, mesmo que minimamente, comprometidos com a Psicologia e os direitos humanos. A isso não devemos resistir, é preciso se entregar ao mal-estar elaborado pela realidade da qual fazemos parte e que temos consciência de colaborar com sua edificação. Essa revisão não produz esperança, mas a emergência de pensar novos caminhos que possam ruir com as fronteiras estabelecidas entre as margens e os centros, entre lado visível e oculto, entre prestígio e desprestígio.

Despatologizar as distintas formas de sexualidade e identidades de gênero não foi o suficiente para promover equidade e justiça social, assim como não o foi a revogação da escravidão. É imperativo considerar que as décadas de patologização da diversidade sexual e de gênero gerou, por parte da Psicologia e da sociedade, um dever moral de reparação com essas identidades, tanto quanto os séculos de escravidão exigem de nossa sociedade inúmeros esforços para superação das desigualdades instaladas por aquele sistema sociopolítico.

É fato que o tempo de agora clama por novos saberes e práticas na Psicologia Clínica. Porque não é legítima a produção de invisibilidades da ordem que se constatou neste estudo. Porque não seremos uma Psicologia genuinamente brasileira enquanto nossas causas não figurarem como prioridade em todos os territórios da Psicologia, da formação à atuação em distintas áreas profissionais. Porque nossa causa é a vida de todas e todos.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo compreender como a Psicologia Clínica brasileira atua com clientes negros LGBTQIA+, para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura que buscou em cinco bases científicas estudos que abordassem essa temática, contudo, não foram encontradas pesquisas que atendessem aos critérios de inclusão e exclusão previstas nesta revisão.

Mesmo a interseccionalidade, como categoria de análise, ter despontado há mais de 40 anos, esse é um campo ainda pouco ou quase nada considerado pela PC em seu saber e fazer, uma vez que os estudos tendem a analisar estratificadamente os sistemas estruturais de violência humana, negligenciando que tais sistemas operam socialmente de modo interconectado.

A ausência de estudos na área de interesse desta revisão sugere que a PC atua para produção da invisibilidade dos corpos e vidas negras não cisheterossexuais. Cada vez mais destituídos de humanidade, pessoas negras LGBTQIA+ são forçadas aos limites fronteiriços da humanidade, sendo os “sem-lugar” em nossas democracias, os afônicos de das sociedades, os invisibilizados no tecido social. As vidas dessas pessoas são fixadas em destinos que resguardam apenas a inumanidade e adoecimento mental como fim.

A ignorada presença de pessoas negras LGBTQIA+ em pesquisas no campo da clínica psicológica, também suscita, a demanda por reorganização da Psicologia a contar de sua base. É necessário que a formação, desde a graduação à pós-graduação, seja capaz de inspirar e instrumentalizar alunas e alunos à pesquisa e intervenção prática com essas pessoas. Nesse sentido,

a revisão dos programas de educação voltados às e aos profissionais de Psicologia, em perspectiva da promoção de saberes psicológicos interseccionais, é muito bem-vinda.

As questões levantadas neste estudo abrem campos para novos debates e pesquisas em Psicologia Clínica que foquem em teorias e métodos que sejam capazes de desvelar de modo mais eficiente as complexas relações de poder que atuam para produção da injustiça social e sofrimento psíquico de pessoas com experiências de exclusão e opressão impostas por várias estruturas de poder. Pensar de modo interseccional surge como possibilidade para a PC para “iluminar” seu lado oculto, colocando em evidência as pessoas que são absorvidas pela invisibilidade e esquecimento forjados por tradicionais modelos dicotômicos de compreensão e intervenção em questões de ordem étnico-racial, gênero e classe social.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Anders, C., Kivlighan, D. M., Porter, E., Lee, D., & Owen, J. (2021). Attending to the intersectionality and saliency of clients' identities: A further investigation of therapists' multicultural orientation. *Journal of Counseling Psychology*, 68(2), 139-148. doi: <https://doi.org/10.1037/cou0000447>
- LoBianco, A. C., Bastos, A. V. B., Nunes, M. L. T., & Silva, R. C. (1994). Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação* (pp. 07-79). Casa do Psicólogo.
- Brinkman, B. G., & Donohue, P. (2020). Doing intersectionality in social justice oriented clinical training. *Training and Education in Professional Psychology*, 14(2), 109-115. doi: <https://doi.org/10.1037/tep0000274>
- Buchanan, N. T., & Wiklund, L. O. (2020). Why clinical science must change or die: integrating intersectionality and social justice. *Women & Therapy*, 43(3-4), 309-329. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/02703149.2020.1729470>
- Carvalho, F. F. (2019). Clínica extramuros: decolonizando a Psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, 19(216), 03-13. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/47665#:~:text=Deste%20modo%2C%20analiso%20um%20vi%C3%A9s,%2C%20Mbembe%2C%20Alves%20e%20Delmondez>
- Carvalho, F. R., & Missiatto, L. A. F. (2021). Raça e classe social na clínica psicológica: concepção de estagiários do interior da Amazônia Legal. *Psicologia & Sociedade*, 33, 1-19. doi: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33250991>
- Case, K. A., & Lewis, M. K. (2012). Teaching intersectional LGBT psychology: reflections from historically Black and Hispanic-serving universities. *Psychology and Sexuality*, 3(3), 260-276. doi: <https://doi.org/10.1080/19419899.2012.700030>
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa Editora.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Cyrus, K. (2017). Multiple minorities as multiply marginalized: Applying the minority stress theory to LGBTQ people of color. *Journal of Gay and Lesbian Mental Health*, 21(3), 194-202. doi: <https://doi.org/10.1080/19359705.2017.1320739>
- Damasceno, M. G. (2018). *Onde se esconde o racismo na psicologia clínica?: a experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental* [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília]. Recuperado de: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41752>
- Dussel, E. (1992). *1492. O encobrimento do outro: a origem do mito a modernidade*. Vozes.

-
- Etengoff, C., & Rodriguez, E. M. (2021). Incorporating Transformative Intersectional Psychology (TIP) into Our Understanding of LGBTQ Muslims' Lived Experiences, Challenges, and Growth. *Journal of Homosexuality*, 68(7), 1-1075-1082. doi: <https://doi.org/10.1080/00918369.2021.1888582>
- Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psychotherapy, race, and racism in Brazilian context: Experiences and perceptions of black women. *Psicologia Em Estudo*, 24, 1-15. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>
- Grosfoguel, R. (2020). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica Editora.
- Grzanka, P. R., Gonzalez, K. A., & Spanierman, L. B. (2019). White supremacy and counseling psychology: a Critical-Conceptual Framework. *Counseling Psychologist*, 47(4), 478-529. doi: <https://doi.org/10.1177/0011000019880843>
- Jackson, S. D., Mohr, J. J., & Kindahl, A. M. (2021). Intersectional experiences : a mixed methods experience sampling approach to studying an elusive phenomenon. *Journal of Counseling Psychology*, 68(3), 299-315. doi: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/cou0000537>
- Kivlighan, D. M., Hooley, I. W., Bruno, M. G., Ethington, L. L., Keeton, P. M., & Schreier, B. A. (2019). Examining therapist effects in relation to clients' race-ethnicity and gender: an intersectionality approach. *Journal of Counseling Psychology* 66(01), 122-129. doi: <https://doi.org/10.1037/cou0000316>
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 52-83). Bazar do Tempo.
- Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Editora UFMG.
- Missiatto, L. F. (2021). *Colonialidade Normativa*. Appris.
- PettyJohn, M. E., Tseng, C. F., & Blow, A. J. (2020). Therapeutic utility of discussing therapist/client intersectionality in treatment: when and how? *Family Process*, 59(2), 313-327. doi: <https://doi.org/10.1111/famp.12471>
- Rios, F., & Perez, O. C. (2020). Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças na última década. In R. Facchini & I. L. França (Orgs.), *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 82-116). Editora da Unicamp.
- Soares, C. B., Hoga, L. A. K., Peduzzi, M., Sangaleti, C., Yonekura, T., & Silva, D. R. A. D. (2014). Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. *Revista Da Escola de Enfermagem Da USP*, 48(2), 335-345. doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000200020>
- Souza, M. T. De, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. De. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 08(01), 102-106. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Teixeira, R. P. (1997). Repensando a psicologia clínica. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 12-13, 51-62. doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-863x1997000100005>
- Teixeira, T. (2021). *Decolonizar valores, ética e diferença*. Devires.